Solicitamos o envio dos documentos abaixo:

Para contratos de prestação de serviços com valor acima de R$ 650.000,00, pelo período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, segue relação da documentação necessária:

1.           Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancete ou balanço provisório;

2.           Cópia autenticada da identidade e do CPF dos sócios ou diretores da empresa;

3.           Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.           Procuração, com firma reconhecida, no caso de representação + cópia autenticada da identidade do representante/outorgado;

5.           Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.           Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.           Comprovante de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa, que será feita da seguinte forma:

a.       A regularidade perante a Fazenda Federal deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b.      A regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual deverá ser feita mediante a apresentação de certidão de regularidade sobre o Imposto Sobre Bens e Serviços (ICMS), emitida pela Secretaria Estadual de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a empresa, em razão do objeto social, está isenta de inscrição estadual + certidão referente à Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado/RJ, caso a empresa esteja sediada no Estado do Rio de Janeiro;

c.       A regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal deverá ser feita mediante a apresentação de certidão de regularidade sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS), ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal + certidão referente à Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria Geral do Município, onde houver.

8.           Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.           Certidão comprovando a regularidade referente às contribuições previdenciárias;

10.         Certidão comprovando a regularidade perante o FGTS.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidões negativas de falência e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicilio da pessoa física.

Para empresas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, esta prova se fará mediante a apresentação das certidões passadas pelo 1º, 2º, 3º, 4º Ofícios de Registro de Distribuição.

Se a empresa que não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões de falência, de recuperação judicial ou de execução patrimonial.

DEVERÃO AINDA, SER APRESENTADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

1. Declaração atualizada que a Contratada atende ao disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93, não possuindo, portanto, em seu quadro funcional, nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal – modelo em anexo;

2 Declaração atualizada de atendimento à Lei Federal n° 8.213/91. A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento da lei mencionada, devendo, no entanto, apresentar declaração informando que não se enquadra na determinação legal – modelo anexo;

3. Declaração atualizada de Atendimento à Lei Estadual n° 7.258/2016. Essa Declaração deve ser apresentada apenas para Contratações de Prestação de Serviços com mão-de-obra residente– modelo anexo;

4 . Declaração atualizada para crédito em conta. Dados Bancários do Banco Bradesco S/A, em atendimento ao disposto no Decreto Estadual n° 43.181/2011; e

5. DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

5. Declaração atualizada para crédito em conta. Dados Bancários do Banco Bradesco S/A, em atendimento ao disposto no Decreto Estadual n° 43.181/2011;

6. Atendimento ao programa de integridade, Lei Federal nº 7.753/2017 (modelo anexo).

**DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:**

13.1 - Deverão ser apresentados atestados expedidos por pessoas jurídicas de  direito  público ou  privado,  devidamente  registrados  no  Conselho  Regional  de  Engenharia  e  Agronomia  -  CREA  ou Conselho  de  Arquitetura  e  Urbanismo  -  CAU,  em  serviços  concluídos  de  projetos  executivo  completo de hospitais contendo: orçamento, desenhos e caderno de especificações em estabelecimentos assistenciais de saúde.

13.2 – O(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) o(s) responsável(is)  técnico(s)  pela execução da obra, compondo a respectiva equipe técnica. A contratada  deverá fornecer uma declaração indicando o nome, CPF e nº de registro  profissional  do(s)  profissionais responsáveis pela execução da obra, com registro junto a entidade de classe  responsável pela fiscalização do  exercício profissional. A Empresa deverá apresentar ART ( anotação de responsabilidade técnica)  para execução do objeto desta licitação.

13.3 - Os atestados apresentados para atender ao estipulado nos subitens anteriores deverão estar acompanhados de cópia autenticada das respectivas certidões de registro no CREA, relativas às obras atestadas.

13.4 - Comprovação de qualificação para a execução do serviço, constituído por uma declaração, concedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante executou serviço descrito neste PB, nos prazos pactuados e com qualidade satisfatória.

13.5 - Todos os documentos apresentados pelos licitantes, deverão referir-se a um mesmo CNPJ, o qual corresponderá àquele constante na proposta, ficando vedada a hipótese de utilizar simultaneamente CNPJ da matriz e filiais.

13.6 - Deverão ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico (CAT) registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em projetos em estabelecimentos assistenciais de saúde. O profissional deverá possuir vínculo profissional com  a LICITANTE.